



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7894 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 22 - Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Katya Bonfim Ataiades Smiljanic - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

INTRODUÇÃO

As questões ambientais se tornaram mais evidentes desde que o Clube de Roma se reuniu em 1968, o que iria desencadear uma série de Conferências Internacionais sobre meio ambiente que colocaram em pauta também a EA, estabelecendo metas, trocando informações sobre as experiências bem-sucedidas e influenciando políticas públicas entre os países signatários, mas que ainda hoje estão longe de alcançar a sala de aula e a sociedade como um todo (DIAS, 1998). Como prática educativa, a EA no Brasil demorou muito para iniciar e vem se fundamentando gradativamente, através de marcos regulatórios importantes a partir dos anos 80, entre eles está a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999).

Para Reigota (1998) a EA apresenta propostas pedagógicas que priorizam o exercício da cidadania, despertam a consciência e melhoram a capacidade de avaliação dos indivíduos, levando a mudança de comportamento e de valores. Nunca foi tão necessária como no momento pandêmico atual.

No sentido de orientar a pesquisa, estudos denominados “estado da arte”, cada vez mais comuns, permitem a sistematização da produção científica em um determinado campo do saber, auxiliam na construção da teoria e prática pedagógica, apontam as restrições, identificam lacunas, experiências inovadoras e novas demandas. Analisa as diferentes formas de publicações como resumos de dissertações e teses, as produções de congressos e periódicos (ROMANOWSKI; ENS, 2006). De caráter bibliográfico, inventariante e descritivo, mapeiam e discutem a produção acadêmica buscando responder o que foi relevante em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições foram produzidas (FERREIRA, 2002)

Este trabalho teve por objetivo fazer um mapeamento das publicações produzidas sobre Educação Ambiental, no período entre 2015 a 2019, buscando identificar aquelas produções que trouxeram estudos sobre políticas públicas e educação básica em articulação com a Educação Ambiental.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada uma busca sistemática de publicações científicas em janeiro de 2020 utilizando a bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações - BDTD, (<http://bdttd.ibict.br>), SciELO - Biblioteca Eletrônica Científica Online (<http://www.scielo.br>) e biblioteca do Grupo de Trabalho GT-22-Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (<https://anped.org.br/biblioteca>). Como critério de inclusão de trabalhos foi utilizado o recorte temporal de publicações realizadas no período entre 2015 a 2019, disponíveis na íntegra em plataformas digitais gratuitas. Como recomenda Ferreira (2002) foi realizada a leitura dos resumos, buscando relacionar ano de publicação, origem (universidade/programa de pós-graduação) objetivos, metodologia e os resultados alcançados, e em um segundo momento, a leitura integral do texto foi feita com o intuito de compreender a fundamentação teórica e a metodologia utilizada.

Da busca foi realizada usando os descritores “Educação Ambiental”, “Políticas Públicas” retornaram 55 trabalhos. Após o refinamento incluindo o descritor “Educação Básica”, esses resultados diminuíram para 7 trabalhos (quatro dissertações, duas teses e um artigo) que estão relacionados na Tabela 01.

Tabela 01. Trabalhos selecionados pelos descritores “Educação Ambiental/Políticas Públicas/Educação Básica”.

Ano	Origem	Título do trabalho	Autor	Local
2015	37ª Reunião Nacional da Anped	Políticas e documentos [MEC]: há espaço para a relação criança/natureza na educação infantil?	Santos e Ferreira	Florianópolis - SC
2016	UFC mestrado	Concepções, práticas e desafios na mostra de educação ambiental no Ceará: o que fazem em educação ambiental os professores de ciências naturais?	Diego Adaylano Monteiro Rodrigues	Fortaleza - CE
2016	UEM doutorado	Educação ambiental na escola do campo: processos, procedimentos e práxis pedagógicas no contexto escolar.	Denise Godoi Ribeiro Sanches	Maringá- PR
2017	UFRR mestrado	Educação ambiental nos currículos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas estaduais de Boa Vista-RR no período de 2010 a 2016.	Erotilde Mendes Ribeiro	Boa Vista - RR
2017	UFS Doutorado	Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental: contextos da política estadual de educação ambiental (SE).	Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	São Cristóvão- SE
2018	UNESP mestrado	Trajetória histórica da disciplinarização da educação ambiental na rede municipal de ensino de Ilha Solteira, SP.	Thayline Vieira Queiroz	Ilha Solteira - SP
2018	UFG mestrado	Análise crítica de documentos sobre educação ambiental do MEC e do MMA.	Marcus Vinícius dos Santos Cruz	Goiânia - GO

Fonte: Banco de teses e dissertações da BDTD, SciELO e Biblioteca ANPEd.
Organização: A autora, 2020.

Santos e Ferreira (2015) analisaram documentos legais, marcos regulatórios e documentos orientadores do MEC para a educação infantil e investigaram quais são as orientações que as políticas pronunciadas apresentam em relação ao foco natureza/criança. Os resultados apontaram para a necessidade de políticas públicas estreitarem as relações com a dimensão social e pedagógica.

Rodrigues (2016) buscou compreender as concepções e práticas de professores de ciências naturais, que desenvolvem atividades de EA em Fortaleza (CE) e participaram da Mostra de Educação Ambiental da Rede Estadual de Ensino no Ceará (MEA). Foi um trabalho de natureza qualitativa com uso de entrevistas dos organizadores da MEA e professores, além da análise documental relacionada ao evento. Os resultados mostraram que as diretrizes do MEA estão alinhadas com políticas públicas federais e estaduais, os professores tem uma visão pragmática ou conservacionista da EA e há predominância dos professores de Ciências Naturais e Geografia como orientadores dos trabalhos.

Sanches (2016) teve por objetivo verificar se as práticas de EA desenvolvidas na escola do campo estão de acordo com os referenciais teóricos propostos. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa dos referenciais teóricos e pesquisa documental das diretrizes curriculares, projeto político pedagógico, planos de trabalho dos professores participantes e entrevista. Os dados coletados apontaram que a EA não está contemplada em todas as diretrizes curriculares da educação básica do estado do Paraná. O projeto político pedagógico do colégio está desarticulado e desatualizado em relação aos referenciais de base tanto da EA quanto da Educação do Campo. As entrevistas mostraram que os docentes tem conhecimento da importância do desenvolvimento das atividades de EA, mas pouco fazem alegando falta de formação para tal.

Ribeiro (2017) teve por objetivo investigar a distância entre o proclamado na legislação educacional acerca da EA e o que de fato é contemplado no currículo das instituições de Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual de Ensino. Usou a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e do currículo praticado em seis escolas. Fez uma abordagem sócio histórica, tendo como referencial teórico o materialismo histórico-dialético. Os resultados revelaram que o currículo das escolas pesquisadas não corresponde às diretrizes legais para o desenvolvimento da EA.

Nepomuceno (2017) buscou compreender a Política Estadual de Educação Ambiental de Sergipe (Lei n.º 6882/2010) quanto as suas possibilidades de gestão e inserção no cotidiano escolar de unidades escolares sergipanas. Os resultados revelaram que a lei é inaplicável pelas dificuldades relacionadas ao trabalho e a formação docente, ao planejamento, a uma prática educativa socioambiental fragmentada, um currículo tecnicista baseado em conteúdos e as particularidades das escolas públicas sergipanas ignoradas com a homogeneização das práticas educativas.

Queiroz (2018) buscou compreender questões relacionadas a trajetória e os contextos históricos e sociopolíticos que influenciaram na elaboração das políticas de projetos para a EA no município de Ilha Solteira, São Paulo. Usou uma abordagem qualitativa (estudo de caso) na análise de documentos escritos e entrevistas com atores envolvidos na inserção da EA no município. Os resultados mostraram ausência de estratégias e planos de ações coletivas que pudessem contribuir para o fortalecimento da EA e sua natureza complexa e interdisciplinar.

Cruz (2018) teve como objetivo analisar documentos oficiais federais sobre EA buscando identificar convergências e divergências, confrontando os que são oriundos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Foram encontradas divergências entre os conceitos e abordagem de conteúdo do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) sendo recomendado como resultado do trabalho, que o MEC e MMA unifiquem seus projetos e as suas linhas de ação.

CONCLUSÕES

Os trabalhos realizaram análises qualitativas com uso de questionários, entrevistas, observações e pesquisa documental. Buscaram estudar as diretrizes, marcos legais regulatório e programas para a EA e confrontá-los com o que está sendo praticado nas escolas. Os resultados mostraram que existe uma distância entre o que é previsto na legislação e nos marcos regulatórios com aquilo que tem sido praticado nas escolas, indicando uma necessidade de intervenção.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Básica. Estado da Arte. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

CRUZ, M. V. dos S. **Análise crítica de documentos sobre educação ambiental do MEC e do MMA.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, UFG, Goiânia, 2018.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas.** 5º ed. São Paulo: Gaia, 1998.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, 79, 257-272, 2002.

NEPOMUCENO, A. L. de O. **Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental: contextos da política estadual de educação ambiental (SE).** Tese (doutorado em Educação) – UFS. São Cristóvão, 2017.

QUEIROZ, T. V. **Trajetória histórica da disciplinarização da educação ambiental na rede municipal de ensino de Ilha Solteira, SP.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista- UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2018.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1998.

RIBEIRO, E. M. **Educação ambiental nos currículos do 6 ao 9 ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas estaduais de Boa Vista-RR no período de 2010 a 2016.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia – PPDR - Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2017.

RODRIGUES, D. A. M. **Concepções, práticas e desafios na mostra de educação ambiental no Ceará: o que fazem em educação ambiental os professores de Ciências Naturais?** Dissertação (mestrado) – UFC. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2016.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANCHES, D. G. R. **Educação ambiental na escola do campo: processos, procedimentos e práxis pedagógicas no contexto escolar.** Tese (doutorado) Universidade Estadual de Maringá, 2016.

SANTOS, Z. C. W. N.; FERREIRA, V. S. Políticas e documentos [MEC]: há espaço para a relação

criança/natureza na educação infantil? **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – UFSC – Florianópolis, 2015.